impactum
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

A 'Europa' está toda errada: é preciso passá-la a limpo

Autor(es):	Nunes, António José Avelãs
Publicado por:	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
URL persistente:	URI:http://hdl.handle.net/10316.2/30704
DOI:	DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4260_55_4
Accessed :	19-Apr-2024 21:20:01

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

impactum
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

impactum.uc.pt
digitalis.uc.pt

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

VOLUME LV
2 0 1 2

COIMBRA

A 'EUROPA' ESTÁ TODA ERRADA. É PRECISO PASSÁ-LA A LIMPO[1]

1. É o Goldman Sachs que 'governa' a Europa?

Logo que a crise iniciada nos EUA em 2007 chegou à Europa e se abriu a crise do euro, a UE e as instituições comunitárias desapareceram de cena. O conhecido *défice democrático* vem-se agravando perigosamente: nem os povos, nem os parlamentos nacionais, nem sequer o Parlamento Europeu são ouvidos quando se trata de decisões importantes.

Apesar da situação excepcional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos, ninguém deu conta de que existe uma instituição chamada Parlamento Europeu. A Comissão Europeia e os seus mais altos dirigentes têm falado pouco e ninguém os ouve. E têm feito ainda menos, porque tudo se foi resolvendo (ou nada se resolveu) à margem das instituições comunitárias (e, sobretudo, dos povos da Europa), no âmbito das *relações intergovernamentais*, segundo a correlação de forças

[1] Este texto, com redação diferente, já teve outras vidas. Em novembro/2011 fiquei satisfeito por poder oferecê-lo para um *Livro de Homenagem* a um Colega meu e meu Amigo, com quem tenho conversado algumas vezes sobre estas matérias. Como a vida não parou, o texto foi sofrendo alterações, até chegar à versão que agora se publica. É bem certo que passamos a vida a escrever as mesmas coisas e sobre as mesmas coisas, como é certo – bem o sabemos – que aquilo que escrevemos já foi escrito algum dia, às vezes por nós próprios.

reinante, por imposição da dupla Merkel/Sarkozy (os *merkozys*, que, em boa verdade, já só falavam alemão).

O normal funcionamento dos órgãos colegiais da UE deu lugar ao que Jürgen Habermas chama de "intergovernamentalismo dos chefes do euro-clube, que atuam nos bastidores".[2] A igualdade entre os estados-membros, apesar de consagrada nos Tratados, foi completamente esquecida, porque tudo é decidido em função dos interesses 'imperiais' e dos calendários eleitorais da Alemanha.

Em termos gerais, as razões de alarme quanto à vida democrática na *Europa do capital* foram-se acentuando à medida que foi ficando claro que quem governa a 'Europa' são os chamados "mercados", os grandes conglomerados financeiros, os especuladores 'viciados' nos jogos de casino e organizados como os cartéis do crime, os especuladores que Jacques Chirac chamou em 1995 "a sida da economia mundial".

No início de 2010 veio a público a notícia de que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios…), ainda antes da crise, o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado o Governo grego (conservador) a obter crédito no valor de milhares de milhões de euros.

O mesmo banco 'aconselhou' depois o Governo da Grécia sobre os 'truques' de engenharia financeira necessários para falsificar as suas contas e enganar as autoridades comunitárias. Por estes sábios conselhos e serviços (que terão incluído a 'compra' da indispensável colaboração das competentíssimas e insuspeitas agências de *rating* americanas para levar a bom termo estas operações…) aquele banco terá cobrado 300 milhões de euros (pagos pelo povo grego, claro, que não entrou no negócio) e ganhou ainda muito dinheiro com os contratos de seguro de incumprimento da dívida grega (os famosos CDS – *Credit Default Swaps*), que recomendava aos clientes que con-

[2] Cfr. *ob. cit.*, 136.

vencia a emprestar dinheiro à Grécia a juros convidativos. O *boss* do *Goldman Sachs* recebeu, nesse ano, um prémio de nove milhões de dólares. Realmente, o crime compensa.[3]

O capital financeiro e os seus servidores ganharam muito dinheiro com estas manobras, mas a Grécia endividou-se e o povo grego, vítima da fraude cometida em conjunto pelo Governo conservador e pelo *Goldman Sachs*, é agora acusado pelos 'poderes constituídos' (entre eles o *Goldman Sachs*) de ter cometido o 'pecado' de viver acima das suas posses e condenado pelos "mercados" (*Goldman Sachs* incluído) a pesadas 'penitências'.

Os chamados "mercados" estão aqui retratados de corpo inteiro. No 'retrato' pode ver-se também a natureza do poder político que governa a Europa e o mundo. Quando estas manobras vieram a público, a Srª Merkel (segundo notícias da comunicação social) comentou, com ar 'angelical', que seria "vergonhoso" que "os bancos, que já nos levaram à beira do precipício, tivessem igualmente participado na fabricação das estatísticas orçamentais da Grécia".

A verdade é que participaram. A verdade é que burlaram a União Europeia. E tudo isto é vergonhoso. Mas nada disto é novo neste *mundo sem vergonha*: isto está de acordo com a natureza deste *capitalismo de casino*, fruto acabado do neoliberalismo, assenta cada vez mais no *crime sistémico*. E a reação da Srª Merkel foi apenas para a fotografia… Com efeito, o senhor Mario Draghi era o vice-presidente do *Goldman Sachs* para a Europa na altura destas 'manobras', e, nessa qualidade, deve ter sido o responsável direto por aqueles negócios 'vergonhosos' com o Governo grego. A verdade é que foi nomeado Presidente do Banco Central Europeu, e ninguém duvida de que tal só foi possível porque o Sr. Draghi teve o voto favorável da Chanceler alemã. Ganhou o lugar (também com o voto favorável dos partidos socialis-

[3] Indicações colhidas em S. HALIMI, "O crime…, *cit.*

tas no Parlamento Europeu!) certamente pelos relevantes serviços prestados ao capital financeiro especulador e batoteiro e pelo 'respeito' que demonstrou pela União Europeia, que agora está a 'servir' a mais alto nível, com a mesma devoção pelo interesse público e com o mesmo respeito pelas instituições comunitárias…

O grande capital financeiro vive destas "vergonhas" e de muitas outras ainda menos confessáveis, vive do *crime sistémico*. Toda a gente sabe (até a Srª Merkel…) que, sem a participação dos grandes *conglomerados financeiros*, não chegariam aos *paraísos fiscais* os milhões de milhões de dólares (e euros) sujos oriundos da grande criminalidade organizada (evasão e fraude fiscais, tráfico de droga, de armas e de mulheres) e dos *jogos de casino*, baseados na especulação sem lei nem regras sobre 'produtos financeiros' livremente criados para o efeito, moedas, combustíveis, matérias-primas e alimentos.

Estes conglomerados financeiros são a tal *sida da economia mundial*, mas são eles que mandam em todos os Chirac, em todas as Merkel, em todos os Sarkozy (e em todos os Hollande), bem como em todos os Obama. São eles os verdadeiros 'ministros' da *igreja neoliberal*, cujos dogmas orientam a política das potências capitalistas dominantes, com particular realce para a UE, manietada pela camisa-de-forças em que os seus construtores a encerraram.

A presença do grande capital financeiro no 'governo' da *Europa do capital* tornou-se, aliás, indisfarçável, após a nomeação de Lucas Papademus como Primeiro-Ministro da Grécia e de Mario Monti como Primeiro-Ministro da Itália. Nem um nem outro foram eleitos para os parlamentos dos seus países, e muito menos foram eleitos pelo povo para exercerem as funções que lhes foram cometidas. São ambos *banqueiros*, em comissão de serviço na vida política. Não deixa de ser simbólico o facto de Mario Monti ostentar também no seu currículo a atividade como *conselheiro da Coca-Cola*.

Tal como Mario Draghi (que foi Diretor Executivo do Banco Mundial entre 1985 e 1990 e Governador do Banco de Itália, depois de, na qualidade de vice-presidente do *Goldman Sachs*, ter ajudado o Governo grego a ludibriar as autoridades da UE), Lucas Papademus colaborou, como Governador do Banco Central da Grécia, na falsificação das contas públicas deste país. Tal como Mario Monti, pertence à *Comissão Trilateral*. Acresce que Mario Monti foi assessor do *Goldman Sachs* quando Mario Dragui era seu vice-presidente para a Europa, durante o período em que o banco americano orientou (regiamente pago) a 'batota' feita pelo Governo grego. Para espanto de muitos, parece que se descobriu haver também 'gente' do *Goldman Sachs* entre os assessores da Comissão Europeia e até entre os assessores da Chanceler Merkel.[4]

Quem manda nesta *Europa do capital* são os donos do *Goldman Sachs*, são os banqueiros e os senhores da *Comissão Trilateral*. Parafraseando um *slogan* célebre *made in USA*, dir-se-á, agora: "O que é bom para o Goldman Sachs é bom para o mundo"…[5]

[4] Também o Ministro da Economia do atual Governo espanhol (Luis de Guindos) pertence ao clube do *Goldman Sachs*, do qual foi Diretor Executivo para a Espanha e Portugal entre 2006 e 2008. À mesma 'escola' pertence o nosso privatizador-mor António Borges, que não é ministro, porque quer ganhar honorários várias vezes superiores ao vencimento de um ministro. E até o secretário de estado Carlos Moedas, que assessora o Primeiro-Ministro no acompanhamento da execução do *Memorando* imposto pela *troika*, era 'colaborador' do *Goldman Sachs* antes de ter vindo para o governo.

[5] Em novembro/2012 (cfr. C. Durand e R. Kencheyan, *ob. cit.*) ficámos a saber que quatro dos oito membros encarregados de elaborar um Relatório para a Comissão Europeia sobre a reforma da arquitetura financeira na UE estavam ou tinham estado ligados a grandes grupos financeiros (Goldman Sachs, BNPParibas, Lehman Brothers, Citigroup). Os banqueiros ocupam o 'centro' do poder político. Naturalmente, esta

Os 'mercados' têm rosto, como se vê. Estes são alguns dos rostos dos "mercados", alguns dos 'mercadores' que especulam contra o euro atacando os estados-membros mais fracos da Eurozona, e que, como 'governantes', se dedicam às tarefas de combater a crise que eles próprios desencadearam e que alimentam todos os dias.[6]

'reforma' vai deixar tudo na mesma, como já é visível: os banqueiros não vão renunciar, por sua iniciativa, ao domínio do mundo…

[6] Um retrato mais completo dos rostos dos mercados financeiros pode ver-se em G. GEUENS, *ob. cit.*: nos conselhos de administração do restrito clube de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de investimento e outras instituições financeiras que controlam metade de todo o capital cotado em bolsa à escala mundial sentam-se muitos antigos governantes (primeiros ministros, chanceleres, ministros) de vários países europeus, não apenas conservadores, mas também socialistas, sociais-democratas e trabalhistas. Todos trabalham para os especuladores, para aqueles que são "a sida da economia mundial".

Foi muito falada, há anos, a passagem direta de Gerhardt Schroeder de Chanceler da Alemanha para o conselho de administração da Gazprom, empresa com a qual tinha celebrado, naquela sua anterior qualidade, um importante contrato de fornecimento de gás.

Em 2009, ficou célebre a confissão de Sarkozy (*Le Point*, 3.7.2009): "Quando vejo os milhões que Clinton ganha, imagino que possa fazer o mesmo. Fico no cargo cinco anos e depois vou ganhar dinheiro, como Clinton". O exercício do mais alto cargo político é encarado como um investimento que garante muito dinheiro fácil no futuro! Razão tem o super-lobbista Jack Abramoff quando 'teoriza' nestes termos: "A melhor forma de uma empresa corromper um homem político é convencê-lo da perspetiva de um emprego futuro que lhe garantirá uma mina de dinheiro".

A verdade é que, segundo Ibrahim WARD (*ob. cit.*, 11, de onde retirámos a citação anterior), Bill Clinton ganhou, no ano seguinte à sua saída da Casa Branca, 16 milhões de dólares em conferências e artigos de jornal.

Outro grande 'empresário' desta mesma 'indústria' é Tony Blair, que criou, para o efeito, uma série de 'empresas', com diversos figurinos. Uma delas é a *Tony Blair Associates*, que se propõe "oferecer, numa ótica comercial, conselhos estratégicos sobre as tendências políticas e económicas e sobre a reforma dos estados". Tudo produtos altamente sofisticados,

Infelizmente, é difícil fugir à conclusão de que foram os donos do *Goldman Sachs* e os senhores da *Comissão Trilateral*, com a colaboração das *troikas* e dos *mercozys*, que 'impuseram' estes *governos de banqueiros*, humilhando os povos da Grécia e da Itália. A sua apresentação como *governos de técnicos* deixa a descoberto o completo absurdo de se admitir que pode haver uma *solução técnica* para problemas que são, essencialmente, *problemas políticos*. Não sendo *juntas militares*, estamos perante verdadeiras *juntas civis* (Serge Halimi), constituídas à margem das regras do jogo democrático, traduzindo a menoridade da política e a negação da democracia.[7]

2. O 'Tratado orçamental': um verdadeiro "golpe de estado europeu", um novo *pacto colonial*.

A agudização da situação na Grécia (mas também a evolução da 'crise' em Portugal e na Irlanda e mesmo na Espanha

---

com grande valor acrescentado, fruto da mais apurada tecnologia…, que atraem clientes como o JP Morgan, a seguradora Zurich Financial Services, o Governo do Kuweit, o fundo de investimentos Mubadala (Abu Dhabi) e várias outras instituições financeiras e estados, "com predileção pelos oligarcas e cleptocratas do Médio Oriente, África e ex-União Soviética". Ibrahim Ward relata um dos muitos negócios altamente rentáveis deste político-empresário, realizado na segunda metade de 2012. Contratado para 'facilitar' o êxito de uma oferta pública de aquisição da Glencore (um dos gigantes mundiais no campo das matérias-primas) sobre uma empresa mineira propriedade do fundo soberano Qatar Holding, Tony Blair telefonou de imediato ao seu amigo Primeiro-Ministro do Qatar (administrador do Qatar Holding) e acertou com ele uma reunião em Londres entre as duas partes interessadas. Após três horas de reunião, o negócio ficou fechado e Blair terá cobrado um milhão e duzentos mil euros. Nada mau: 400 mil euros por hora…

[7] Não é de estranhar, por isso mesmo, que do Governo Papademus fizessem parte 'técnicos' pertencentes a um partido político de extrema-direita, impedido de participar em quaisquer governos desde a queda da ditadura militar na Grécia, em 1974.

e na Itália) obrigou a acelerar os trabalhos para a revisão do *Tratado de Lisboa*, que acabou por concretizar-se, de modo muito pouco ortodoxo, através do chamado *Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária* (TECG), assinado em Bruxelas em 2 de março de 2012 pelos Chefes de Estado e de Governo de 25 estados-membros da UE (todos os da Eurozona e mais oito, ficando de fora o RU e a República Checa).

O modo como foi aprovado este estranho tratado (conhecido como *tratado* ou *pacto orçamental*) mostra que os fiéis do "pensamento único euro-beato" (Jacques Généreux) não hesitaram em recorrer a este "golpe de estado europeu" (R.-M. Jennar). Com efeito, este 'tratado' esvazia ainda mais a já débil estrutura democrática de funcionamento da UE e continua a tarefa de esvaziar as competências dos órgãos politicamente legitimados pelo sufrágio universal, confiando-as às instâncias tecnocráticas da União.

Apesar disso, os 'chefes' decidiram que ele não aumenta as competências da UE, pelo que ele entrará em vigor através do *procedimento simplificado*, logo que ratificado por doze dos 25 países que o subscreveram. Os 'donos da Europa' fazem questão de continuar, na mesma via anti-democrática, a edificar uma *Europa imperialista*, ao sabor dos interesses do grande capital financeiro, o contrário de uma Europa assente na *cooperação* entre estados-membros com estatuto de igualdade, na *participação democrática* dos cidadãos europeus na definição do seu futuro, respeitadora dos direitos e da *dignidade* dos trabalhadores, dos povos e dos estados da Europa.

O conteúdo deste *pacto orçamental* faz-nos recear que ele possa representar um passo novo no processo de desvalorizar os fundamentos da democracia no quadro europeu, favorecendo o desenvolvimento de condições que ponham em causa não só a democracia mas também a paz na Europa.

No *Preâmbulo* fazem-se algumas considerações pias, falando dos objetivos do crescimento económico, do emprego e da coesão social. Mas as medidas previstas não têm nada que ver com esta agenda.

O chamado *pacto orçamental* vem transformar em lei o *princípio das finanças sãs*:

1) as contas públicas devem apresentar-se equilibradas ou excedentárias, não se admitindo que vá além de 0,5% do PIB o chamado *défice estrutural* (défice corrigido das variações cíclicas e líquido de medidas extraordinárias e temporárias);
2) esta 'regra de ouro' do equilíbrio orçamental deve passar a constar de disposições legais vinculativas e de caráter permanente, de preferência a nível constitucional;
3) caso a Comissão Europeia entenda que um estado-membro da Eurozona caiu em situação de défice estrutural, o estado em causa terá de aplicar *automaticamente* um *mecanismo de correção*, ficando afastada qualquer possibilidade de intervenção dos parlamentos nacionais, para autorizar tal mecanismo ou para impedir o Governo de o executar;
4) os estados-membros que não cumpram estas disposições ficarão, sem mais, sujeitos à aplicação de sanções pelo Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE).

O TECG consagra ainda:

– a obrigação dos estados-membros de sujeitar as reformas significativas de política económica a *debate prévio* (não por parte dos cidadãos desses países, mas por parte das instâncias da UE) e, quando adequado, à *coordenação* entre elas, no quadro das instituições comunitárias;

– a obrigação dos estados que ultrapassem os limites estabelecidos para o défice público e para a dívida pública de submeter à Comissão e ao Conselho um *programa de reformas estruturais obrigatórias* (traduzindo: um programa de privatizações, enquanto houver 'matéria-prima'; alterações no sentido da flexibilização da legislação laboral; medidas de estrangulamento dos sistemas públicas de segurança social, de saúde e de educação);
– a obrigação das partes de comunicarem previamente ao Conselho e à Comissão Europeia os respetivos planos de emissão de dívida pública.

Sem o mínimo pudor, o 'tratado' não resiste à tentação de legislar aquilo que sabe não corresponder à verdade: "o mecanismo de correção previsto respeita integralmente as prerrogativas dos parlamentos nacionais". Sem qualquer recato, o 'tratado' vem atribuir novas competências à Comissão Europeia e ao TJUE (que são instituições da UE), apesar de tal 'tratado' não ser subscrito por alguns estados-membros da UE.

A 'filosofia' do 'pacto orçamental' assenta na ideia de que os problemas radicam essencialmente nos défices das contas públicas. 'Esquece' que, em todos os países devedores, o défice público e a dívida pública nasceram, em boa parte, como 'efeitos colaterais' do *crime sistémico* (verdadeira marca de água do capitalismo mundial) e aumentaram por efeito da crise e do tratamento que foi imposto aos 'pecadores'. 'Esquece' também que os problemas da Eurozona são *problemas do euro* e têm a sua raiz na estrutura da UEM, nos défices comerciais dos países em dificuldade (que alimentam os saldos positivos da Alemanha) e nas dívidas da banca e das grandes empresas privadas.

Para que serve, afinal, este dramático *pacto orçamental*? Alguém concebe que a Alemanha (ou a França…) submeta as suas políticas económicas a debate prévio e à coordenação com as de outros países, no quadro das instituições comunitárias? Alguém vê a Alemanha (ou a França…) a sofrer as consequências do referido mecanismo automático de correção? Quem esquece que a Alemanha, tão rigorosa para com os 'povos inferiores', foi o primeiro estado-membro a violar, grosseira, ostensiva e impunemente o Pacto de Estabilidade e Crescimento?

Em declaração pública, o Primeiro-Ministro britânico afirmou que este tratado traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*. E a verdade é que ele tem razão, embora não se perceba tal preocupação por parte de um neoliberal assumido. De resto, esta ideia de 'matar' Keynes está na raiz do processo de integração europeia, logo no Tratado de Roma, em 1957, em pleno apogeu do keynesianismo.[8] O que agora se pretende conseguir, mais uma vez por vias travessas, é 'constitucionalizar' e 'eternizar' o neoliberalismo e as políticas de austeridade.

Fiel ao código genético do processo de integração europeia, este 'pacto' arrasta consigo uma acentuada diminuição da já reduzida democraticidade de funcionamento da UE. O 'governo' dos países mais fracos passa para as mãos de órgãos executivos constituídos por eurocratas que escapam ao controlo democrático.[9] Enquanto atualmente as sanções têm que ser aplicadas por voto da maioria qualificada do Conselho

[8] Cfr. o nosso livro *A Constituição Europeia*…, cit., 132. O Tratado de Maastricht significou um passo de gigante nesse sentido.

[9] Tendo em conta o processo de integração europeia, J. HABERMAS (*ob. cit.*, 73) fala de "expropriação das entidades soberanas democráticas por poderes executivos". Basta ter presente que o Parlamento Europeu, apesar de todas as 'promessas' que acompanharam a aprovação do chamado *Tratado de Lisboa*, continua a ser um *nada político*.

Europeu que represente pelo menos 2/3 dos estados-membros e 62% da população da UE, o novo 'pacto' dispõe que as sanções passam a ser *automáticas*, dispensando qualquer votação. Os estados-membros ficam também sujeitos à aplicação direta de sanções por parte do TJUE, passando por cima dos sistemas judiciários nacionais.

Este 'pacto' e o radicalismo que ele traduz é o fruto maduro da política de uma Alemanha que, perante as dificuldades, 'aconselha' os gregos a vender as ilhas e o Parthénon e os portugueses a iniciarem a viagem da "jangada de pedra", para se juntarem ao Brasil… Habermas põe o dedo na ferida quando sublinha que este 'pacto' é "um modelo político de marca alemã" e tem de ser visto não como a proposta de uma "Alemanha cooperante", mas como a afirmação de «uma clara pretensão de liderança por parte de uma "Alemanha europeia numa Europa marcada pelos alemães"», de uma Alemanha que parece ter perdido "a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora" que, durante alguns anos após a 2ª Guerra Mundial, ditou uma atitude de "moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros".[10]

Sem ter aprendido nada com a crise – que tornou evidentes deficiências estruturais da UEM há muito identificadas pelos especialistas –, o 'pacto' persiste na imposição das mesmas regras de comportamento (de política económica) a países com situações e com histórias completamente diferentes, como se a política pudesse confinar-se à aplicação *mecânica* de regras iguais para todos, impostas por tecnocratas iluminados. E insiste em apontar as *culpas* da 'crise' aos *povos do sul*, que andaram a viver acima das suas posses. Coerentemente, insiste na condenação dos 'pecadores' por 'pecados' que não cometeram, impondo-lhes planos de austeridade que destroem

[10] Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 163-169.

as suas economias e as bases da sua soberania. Ao consagrar a austeridade *para todo o sempre*, este *pacto orçamental* torna o crescimento impossível para os países que mais precisam de crescer, impondo aos seus povos um retrocesso civilizacional sem precedentes.

Para países como Portugal, o referido *tratado orçamental*, ao impor o limite de 0,5% para o défice público, equivale à imposição de um *programa de austeridade perpétua*, um *programa de estagnação e de subdesenvolvimento*, um programa que impedirá aos países que mais necessitam dele o recurso a uma boa dose de *investimento público*, porque este não pode dispensar o recurso criterioso ao crédito por parte do estado.

Tanto basta para que ele deva ser considerado um *'contrato' nulo*, porque ele é, em boa verdade, um novo *pacto colonial*, em que a parte mais forte impõe às partes mais fracas a sua própria *colonização* e o seu próprio *subdesenvolvimento*. Como nos tempos da Antiguidade, em que os devedores que não podiam saldar as suas dívidas eram reduzidos à escravidão. Por isso este pacto deve ser considerado nulo, como nulo seria um 'contrato' em que uma das partes aceitasse ser escravo da outra.

Foi-se tão longe, que até a Confederação Europeia de Sindicatos (que um dos seus fundadores, o sindicalista belga Georges Debunne, já um dia classificou de "correia de transmissão do patronato europeu") anunciou que está contra este tratado.[11]

Com a eleição de François Hollande para a Presidência da República Francesa pôs-se em marcha uma nova operação de propaganda ideológica, cuja música de fundo tem como nota dominante a afirmação de que o crescimento e o emprego vão passar a estar na ordem do dia das políticas da UE.

[11] Cfr. R.-M. Jennar, *ob. cit.*

Alguns poderão ter esperado que Hollande e o seu Governo viessem dizer que o *pacto orçamental* devia ser pura e simplesmente posto de lado, porque a 'regra de ouro' e outras 'regras' que ele contém arrastam consigo um entrave estrutural ao desenvolvimento da Europa e condenam os países mais débeis ao 'subdesenvolvimento' e a um verdadeiro estatuto colonial. Puro engano. Se, em Portugal, o PS votou favoravelmente o 'pacto' na Assembleia da República dizendo que o fazia com absoluta paz na consciência (embora gostasse de ver uma adenda sobre o crescimento e o emprego…), também os deputados socialistas franceses o votaram na Assembleia Nacional, talvez nem todos em paz com a sua própria consciência, mas pressionados por Hollande, como bom seguidor da *religião TINA* (***T**here **I**S **N**o **A**lternative*) fundada pela Srª Thatcher…[12]

Menos terão esperado, certamente, que Hollande viesse dizer: a política de promoção do crescimento e do emprego vai assentar na alteração do estatuto esquizofrénico do BCE; na utilização da capacidade de financiamento do BEI; no reforço e na facilitação do acesso aos fundos estruturais da UE; na subordinação do poder económico e do poder financeiro ao poder político democrático; no combate ao *dumping fiscal* no seio da UE; no estímulo a políticas que garantam o controlo pelo estado da poupança nacional e do seu destino, que coloquem a banca ao serviço da economia, que promovam o aumento dos salários e garantam os direitos dos trabalhadores, que permitam o reforço do papel do estado em setores estratégicos da economia e o aumento do investimento público, nomeadamente em infraestruturas e nos setores da investigação científica, da educação e da formação profissional.

[12] Em Portugal o governo aprovou em 3.1.2013 uma proposta de lei a apresentar à AR que visa alterar a *Lei de Enquadramento Orçamental* para nela incluir a *regra de ouro* constante do *Pacto Orçamental*, já ratificado pelo Parlamento português, com o voto favorável do PS.

Estas deveriam ser as verdadeiras *reformas estruturais* e não aquelas de que sempre se fala quando o objetivo é o de esvaziar os direitos inerentes ao sistema de segurança social, asfixiar a escola pública e o serviço público de saúde, anular a contratação coletiva, baixar os salários, aumentar a precariedade do emprego, facilitar os despedimentos, reduzir o montante do subsídio de desemprego e o prazo durante o qual é pago.[13]

E, descontadas as operações de *marketing* destinadas à diferenciação dos 'produtos' apresentados no mercado dos votos, nem sequer é de esperar que o Governo de Hollande faça assentar a 'política de austeridade' no combate à corrupção, à fuga ao fisco e à fraude fiscal; no encerramento dos *paraísos fiscais*; na tributação das transações financeiras e dos ganhos especulativos, enfim, na "eutanásia do rendista" (de que falava Keynes), pondo termo a todas as *rendas* de que vive o capital financeiro.

Pierre Moscovici – que foi diretor de campanha de Hollande e é hoje o poderoso Ministro da Economia e das Finanças do Governo francês – teve o cuidado de esclarecer, durante a campanha eleitoral, que, se Hollande ganhasse as eleições, os défices públicos seriam reduzidos a partir de 2013, aquém de 3% do PIB, "custe o que custar". É claro que vai custar mais recessão e mais desemprego.[14]

Como sublinha Perry Anderson, uma vez eleito, François Hollande tornou-se "o intendente francês" do "sistema neoliberal europeu", pelo que esperar dele "um pouco mais

[13] Em Portugal, só 34,5% dos trabalhadores desempregados recebiam, em junho/2012, subsídio de desemprego: cerca de 500 mil trabalhadores desempregados não recebiam qualquer subsídio.

[14] Ver www.l'express.fr, 8.11.2011. Nenhuma surpresa: sabemos que Moscovici era, antes de ser ministro, vice-presidente do *Cercle de l'Industrie*, organização que representa os principais grupos industriais franceses.

de independência económica ou estratégica já será uma vitória da esperança sobre a experiência".[15] A *experiência*, porém, parece estar a confirmar-se, à custa da *esperança*.

Em mais uma operação de propaganda, o Conselho Europeu de 28.6.2012 aprovou, por proposta de Hollande, o *Pacto para o Crescimento e Emprego*. Trata-se de um gesto platónico, que deixa intocado o referido 'pacto orçamental', que é – já o vimos – um verdadeiro *pacto colonial*, um *pacto de subdesenvolvimento*, incompatível com o crescimento económico e com o crescimento do emprego.

É uma solução caricata, de rematado *non sense*, que põe em causa seriamente a credibilidade das instituições comunitárias e das políticas comunitárias: equivale a dizer que, a partir de agora, a UE e os governos dos estados-membros vão passar todos a pedalar e a travar ao mesmo tempo. Seria divertida se não fosse patética esta 'solução' da "esquerda choramingas", a 'esquerda' que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, as desigualdades e o desemprego, mas leva tudo à conta da *globalização incontornável* (sempre o 'argumento' de que *não há alternativa*, ofensivo da nossa inteligência e da nossa liberdade), recusando-se a identificar as suas causas, para não ter de as combater.[16]

---

[15] Cfr. P. ANDERSON, *ob. cit.*

[16] A expressão "esquerda choramingas" é de Frédéric LORDON ("A desglobalização…, cit.), para caraterizar uma 'esquerda' que, segundo o autor, não está interessada em pôr em causa o que diz ser uma consequência *inevitável* da 'globalização': "a concorrência falseada entre economias com *standards* salariais abissalmente diferentes; a ameaça permanente de deslocalização; o constrangimento acionista que exige rentabilidades financeiras sem limites, de tal forma que a sua combinação opera uma compressão constante dos rendimentos salariais; o desenvolvimento crónico das famílias que isso origina; a liberdade absoluta do sistema financeiro para desenvolver as suas operações especulativas desestabilizadoras, neste caso a partir de dívidas contraídas pelas famílias (como no caso dos *subprime*); o sequestro dos poderes públicos, instados a socorrer institui-

Em suma: este novo Pacto não passa de uma declaração de intenções, sem qualquer relevância como instrumento dinamizador de uma nova política, que teria de começar pela rejeição do *Tratado Orçamental*, que este novo *Pacto* vem, afinal, legitimar.

Tendo em conta o que fica dito, ocorre perguntar: o que está a ser encoberto por detrás de tanto alarido?

Em primeiro lugar, o conteúdo vazio das promessas dos socialistas europeus (talvez nem todos…) de lançar políticas de promoção do crescimento e do emprego.

Em segundo lugar, o firme propósito de *todos* os aparentemente desavindos (os socialistas de Hollande e os conservadores de Merkel) de prosseguir as *políticas de austeridade* ao serviço das *finanças sãs*, com o 'argumento' de que elas são indispensáveis e de que *não há alternativa* para elas.

Em terceiro lugar, a vontade de todos em manter de pé e fazer aplicar o 'pacto' assinado em março/2012, um *pacto contra o crescimento e contra o emprego*, um verdadeiro "golpe de estado europeu".

Mais grave ainda: por detrás das propostas 'técnicas' contidas no 'pacto' está uma visão totalitária, que suprime a soberania e a igualdade entre os estados membros da UE (que os Tratados continuam a consagrar) e que aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes. Repetimos: este novo *pacto colonial* encerra, a nosso ver, ameaças sérias à democracia e à paz na Europa.

ções financeiras enfraquecidas pelas crises recorrentes; o pagamento do custo macroeconómico destas crises pelos desempregados e ainda o seu custo para as finanças públicas pago pelos contribuintes, pelos utilizadores de serviços, pelos funcionários públicos e pelos pensionistas; a subtração aos cidadãos de qualquer forma de controlo da política económica, agora regulada unicamente pelas exigências dos credores internacionais, seja qual for o preço a pagar pelos corpos sociais; a transferência da gestão da política monetária para uma instituição independente, fora de qualquer controlo político".

Em entrevista recente, Felipe González reconhece os perigos inerentes à *crise da democracia representativa*: "Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível".[17]

Na sequência deste *Pacto Orçamental*, a Alemanha fez vingar a ideia da chamada *União Bancária*. Para já, está em marcha um mecanismo 'federal' de supervisão centralizado no BCE. À escala nacional, a supervisão foi um falhanço completo: os supervisores deixaram o campo livre à banca, que cometeu toda a sorte de irresponsabilidades, de ilegalidades e de crimes. Nada garante que a supervisão do BCE seja de natureza diferente.

Mas é claro que esta *União Bancária* é mais um passo no sentido do federalismo ao serviço dos mais fortes. Sinal disto mesmo é a vitória da Srª Merkel, que conseguiu subtrair à supervisão do BCE os bancos dos estados federados alemães, que teriam dificuldade em passar no exame. Parecem as fronteiras do *mapa côr de rosa*, traçadas a regra e esquadro para proteger os interesses do império…

E é claro também que este caminho afasta cada vez mais o RU não só da UEM mas da própria UE, no seio da qual, de resto, já tem um regime de exceção, resultante de um batalhão de cláusulas específicas, que o coloca com um pé fora e um pé dentro da UE. Há quem entenda que o RU não faz falta à União Europeia. É verdade que os dirigentes britânicos se comportam muitas vezes mais como servidores dos interesses americanos junto da UE do que como membros solidários da UE. A verdade, porém, é que a história da Europa não se concebe sem as ilhas britânicas e não é fácil imaginar

[17] Entrevista ao *Expresso*, 5.1.2013.

o futuro da Europa sem elas e as suas gentes. E muito menos contra elas.

3. "A Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial"

A chamada *crise das dívidas soberanas* veio pôr a descoberto as debilidades da 'Europa' enquanto estrutura política e a vontade da Alemanha de pôr a Europa a *falar alemão*. Com o objetivo de 'esconder' as causas e a natureza da crise, optou-se pela 'solução' de castigar os 'povos inferiores', pôr-lhes a rédea curta, e convencê-los de que a sua 'cura' tinha de passar por um calvário de sacrifícios, indispensáveis para que eles aprendam que não podem querer viver acima das suas posses. Foi o tempo em que os portugueses (e outros 'europeus') se apressaram a dizer que Portugal não era a Grécia, outros a dizer que a Espanha não era Portugal, outros ainda a dizer que a Itália não era a Espanha, e ainda outros a dizer que a França não era a Itália… Foi um espetáculo pouco edificante. Foi a *desunião europeia* no seu melhor!

A nosso ver, a 'leitura' alemã da crise e as políticas que dela têm resultado podem ter servido os interesses (conjunturais) da Alemanha, mas ameaçam destruir a Europa. Estão a destruir as economias europeias e estão a romper o tecido social dos estados europeus, e podem até destruir a 'Europa' que os seus mentores têm vindo a construir à socapa, que poderá não resistir à *destruição da credibilidade do euro* enquanto moeda que aspirava ao estatuto de *moeda mundial de referência*, projeto em que tanto investiram os seus 'inventores'.[18]

[18] Em julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: "A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa". Alargando o âmbito da reflexão, Joschka Fischer escreve: "A Alemanha

Tal 'leitura' e tais políticas anularam por completo a referida ideia de alicerçar o 'projeto europeu' em uma *Alemanha europeia* (uma Alemanha com raízes fundas na 'Europa' e respeitadora dos interesses europeus), abrindo caminho a uma *Europa alemã*, uma Europa 'governada' pela Alemanha privilegiando os interesses da Alemanha. E este novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, está, com razão, a assustar muita gente.

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não temos tanta certeza de que não se repita. Acreditamos que, tal como as pessoas, os povos têm de assumir a sua história por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. Por isso entendemos que a Alemanha, sem ter de esquecer as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias. Não pode esquecer, nomeadamente, que as tropas da Alemanha nazi assassinaram, em 1940, mais de um milhão de gregos (dos quais 600 mil morreram de fome e 105 mil morreram em campos de concentração alemães), infligindo também à Grécia enormes prejuízos materiais (de montante superior ao da dívida grega atual), para além do roubo de obras de arte sem preço. E a Alemanha (o devedor mais relapso ao longo do século XX) nunca recompensou o povo grego pelos danos morais e materiais que lhe foram infligidos pelas suas forças armadas, apesar de ter beneficiado, ela própria, do perdão de dívidas resultantes da prática de *crimes contra a humanidade*.

Para quem não esquece a História, é particularmente chocante assistir ao modo como o governo alemão, certos meios políticos e alguma comunicação social da Alemanha têm tratado o povo grego, que não cometeu nenhum crime,

---

destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (…) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (…) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez". Citações colhidas em J. A. FERNANDES (*Público*, 11.8.2012).

antes foi vítima (e continua a ser) de políticas contrárias aos seus interesses, nas quais a Alemanha tem responsabilidade notória. Um povo que, oito anos depois de ter sido massacrado pelos invasores alemães, e apesar de não ter recebido nem um cêntimo das compensações de guerra que lhe eram devidas, aceitou participar, em 1953, no esforço internacional para tirar a Alemanha da bancarrota.

Em artigo publicado na revista *Merkur* (uma revista muito influente junto da intelectualidade alemã), em janeiro/2012, o seu autor (Christoph Schönberger) defende que a hegemonia da Alemanha no seio da UE deve ser entendida como a hegemonia que cabe (como que naturalmente) ao estado mais poderoso no seio de um sistema federal, à semelhança do que aconteceu com a Prússia no seio da federação germânica durante o II Reich. Invocando a teoria de Heinrich Triepel (baseada no modelo prussiano de dominação da Alemanha[19]), o autor defende que "sendo os estados representados no Conselho Europeu muito desiguais em dimensão e peso, seria irrealista pensar que eles podem coordenar-se em pé de igualdade". Entende, por isso, que "para funcionar, a União exige que o estado com mais população e riqueza lhe dê coesão e direção. A Europa precisa da hegemonia alemã, e os alemães têm de deixar de se mostrar tímidos no seu exercício".[20]

[19] Heinrich Triepel foi um admirador do estilo bismarckiano de governar a Alemanha com base na hegemonia da Prússia, mas foi também um admirador de Hitler (cuja subida ao poder classificou de "revolução legal"), o estadista que, anexando a Áustria e os Sudetas, realizou o sonho alemão de um estado plenamente unificado. Informação colhida em P. ANDERSON, *ob. cit.*

[20] Os trechos transcritos são a síntese de P. ANDERSON (*ob. cit.*), que comenta: "A França, cujo arsenal nuclear e lugar no Conselho de Segurança da ONU já não contam grande coisa, tem de rever, por isso, as suas pretensões. A Alemanha deve tratar a França como Otto von Bismarck fez

Não se fala, como se vê, de estruturas federais, nem de 'poderes federais', nem de políticas federais. A *Europa federal* parece resumir-se à *inter-governamentalidade* do Conselho Europeu, no seio do qual o jogo dos interesses é 'jogado' e decidido segundo as regras impostas pelo jogador mais forte, que deve (tem o direito de) assumir os 'direitos' de dono da bola e os 'poderes' de árbitro. Bem vistas as coisas, é assim que vem funcionando a 'Europa', nomeadamente desde o início da crise do capitalismo que gerou a crise do euro.

Cremos que só conceções como as que ficam expostas poderão justificar que o Sr. Volker Krauder, secretário-geral do partido da Srª Merkel, tenha proclamado, no Congresso do seu partido realizado em Leipzig (novembro/2011): "Agora na Europa fala-se alemão". Muito bem (ou muito mal). A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*, poderá até aproximar-se do "quarto Reich" de que falam alguns, recuperando a expressão cunhada, em 1995, pelo historiador inglês Andrew Roberts. Mas uma *Europa de servos* não será nunca uma *Europa de desenvolvimento e de paz*.

Um homem tão comedido e tão conhecedor das 'regras do jogo' como Jean-Claude Juncker (Presidente do Euro-Grupo) não foi capaz de calar o que lhe vai na alma, declarando, numa entrevista, que "a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial".[21] Perante a 'teoria' defendida na revista *Merkur*, pergunta Parry Anderson: "Irá a França aceitar assim tão facilmente ser rebaixada ao estatuto que foi o da

---

com a Baviera nesse outro sistema federal que foi o II Reich, mimoseando o parceiro inferior com favores simbólicos e consolações burocráticas". E acrescenta que Bismarck considerava os bávaros "a meio caminho entre um austríaco e um ser humano".

[21] Jornais de 30.7.2012.

Baviera no II Reich?". Perguntamos nós: aceitarão os povos da Europa oferecer à Alemanha, de mão beijada, o que Hitler não conseguiu pela violência e pela barbárie?

4. A 'Europa' não é um espaço solidário

Na linguagem da Geografia Física, diríamos que esta 'Europa' é uma bacia hidrográfica em que todos os rios vão ter ao mesmo lago sem saída do neoliberalismo. Esta é *a Europa* construída, em grande parte, por obra dos dirigentes socialistas e sociais-democratas europeus, quase sempre à custa de conciliábulos entre 'elites', retirando à ponderação do voto popular as opções de fundo tomadas. E é hoje inquestionável que esta 'Europa', construída sob a invocação beata do *modelo social europeu*, acabou por se transformar, para os povos europeus, num verdadeiro "cavalo de Tróia da globalização neoliberal" (Bernard Cassen). Lembrando o velho Brecht, apetece recordar que quem construiu esta *Tebas europeia* foram mesmo os *reis de Tebas*, não os *operários que constroem as cidades de todo o mundo*.

O mercado único impõe regras de concorrência comunitárias, do mesmo modo que é comunitária a política monetária, cuja definição e execução são confiadas ao Banco Central Europeu, uma *instituição federal* sem qualquer controlo por órgãos (nacionais ou comunitários) politicamente legitimados pelo sufrágio universal. No entanto, apesar da 'federalização' de políticas tão importantes, os construtores desta *Europa do capital* nem querem ouvir falar de harmonização das políticas tributária, laboral e social. Com este enquadramento e num espaço económico unificado onde coexistem níveis de desenvolvimento económico, científico, tecnológico, escolar e cultural muito diferentes, os países mais débeis (com empresários de baixa qualidade, com uma boa parte da população

marcada pela iliteracia e com fraco nível de preparação profissional [22]), têm enormes dificuldades em concorrer com armas iguais neste mercado único.

A solução – que agrada ao grande capital e aos eurocratas – tem sido a de recorrer à *política laboral* (facilitando os despedimentos, estimulando a precariedade do trabalho, dificultando a contratação coletiva), à *política de rendimentos*, i.é, à *política salarial*, ou, melhor, à política de *arrocho salarial* (congelando ou baixando os salários) e à *política social* (esvaziando o parco conteúdo do estado social desses países, diminuindo os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, reduzindo os encargos patronais com a segurança social, aumentando o 'preço' dos serviços de ensino e de saúde, diminuindo as pensões de reforma).

A esta espécie de *dumping salarial* e de *dumping social* junta-se o *dumping fiscal*, que é, para os países mais pobres, o último instrumento de 'concorrência', o que sacrifica a sua própria soberania nacional, por obrigar os países que querem atrair investimento estrangeiro (e até o grande investimento nacional) a não cobrar impostos sobre os rendimentos do capital. É uma situação semelhante à dos bombistas-suicidas. Porque o recurso à 'arma tributária' obriga estes estados a abdicar do exercício da sua própria soberania e priva-os de obter receitas que lhes possam permitir realizar os investimentos indispensáveis para levar a cabo um desenvolvimento sustentado e para promover a melhoria das condições de vida das populações

[22] Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a formação profissional dos empresários portugueses é inferior à média dos empresários da UE/27 e inferior à dos trabalhadores portugueses. Entre os trabalhadores, 18% têm um curso superior, contra 9% apenas para os empresários; 81% dos empresários têm baixas qualificações (ensino básico ou secundário inferior), sendo esta percentagem de 65% para os trabalhadores (que, no entanto, estão bastante abaixo da média dos trabalhadores da UE). Cfr. *Público*, 2.4.2010.

(habitação social, ensino gratuito, saúde acessível a todos). E porque esses estados se condenam a si próprios a obter receitas públicas através dos impostos sobre o rendimento do trabalho e dos impostos sobre o consumo, de efeitos consabidamente regressivos em matéria de justiça fiscal. Os trabalhadores (os pobres em geral) são os sacrificados desta política.

É uma concorrência *forçada* (*não livre*) e *falseada*, alimentada também pela *política de deslocalização de empresas*. É a concorrência de que gosta o grande capital, apoiada pelas instituições e pela ordem jurídica da UE, que tolera esta concorrência dentro da eurozona, onde alguns estados-membros funcionam como verdadeiros *paraísos fiscais*.

Em meados de 2007, o Comissário Europeu responsável pelo pelouro da fiscalidade confessava a um jornal português não ser favorável à *harmonização tributária*, porque, num espaço em que vigora a livre circulação de capitais, harmonizar as taxas do imposto sobre os rendimentos do capital seria "acabar com a concorrência fiscal", responsável, segundo ele, por "um melhor ambiente para os negócios".[23] Claro. Negócios *über alles*! Em vez da *solidariedade*, a *concorrência desleal*. Uma *zona monetária* onde se permitem estas práticas só pode ser uma armadilha para os países mais débeis.

Um exemplo particularmente elucidativo da insensibilidade do neoliberalismo dominante ao colocar as *leis do mercado aberto e de livre concorrência* acima da solidariedade interna, da coesão económica e social e dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral é a famosa *Diretiva Bolkestein* (um projeto de Diretiva apresentado, em nome da Comissão Europeia presidida por Romano Prodi, pelo comissário holandês Fritz Bolkestein).

[23] Cfr. *Jornal de Negócios*, 14.6.07.

O propósito anunciado era o de liberalizar a prestação de serviços no âmbito do mercado único europeu e de facilitar a criação de empresas de prestação de serviços em qualquer país da UE por parte de cidadãos ou sociedades comerciais de um outro estado-membro. Os serviços representam mais de 50% do PIB da União. São, pois, um mercado apetecível. Por isso a Comissão Europeia procurou impor a liberalização a qualquer preço, sem curar de estabelecer previamente uma harmonização mínima no que toca à regulamentação dessas atividades e às práticas administrativas, bem como no que se refere à legislação laboral e aos direitos sociais dos trabalhadores, aos aspetos fiscais, às exigências ambientais e de defesa dos consumidores.

Este projeto sofreu várias críticas, por tratar os serviços como se fossem mercadorias iguais a qualquer outra mercadoria e por não distinguir com clareza os serviços puramente comerciais dos serviços públicos. Mas a crítica que teve mais eco na opinião pública foi a dirigida ao *princípio do país de origem*, nos termos do qual as empresas prestadoras de serviços ficariam sujeitas à legislação e à supervisão do país de origem, mesmo quando prestassem serviços com trabalhadores deslocados do país de origem para outros países da UE.[24]

Mais uma vez, ficou claro que o objetivo da liberalização é *nivelar por baixo* no que concerne aos salários e à proteção social dos trabalhadores. Para utilizar um exemplo que veio a lume durante a campanha para o referendo sobre a 'constituição europeia', o que se pretende não é permitir ao *canalizador*

[24] É o que estão a tentar fazer, mesmo sem tal Diretiva, as empresas de aviação de baixo custo, nomeadamente as sediadas na Irlanda, procurando impor aos seus trabalhadores em outros países europeus 'contratos irlandeses', sujeitando-os aos salários, condições de trabalho e níveis de proteção social em vigor na Irlanda. Os argumentos são os do costume: a livre circulação de trabalhadores e de serviços e a liberdade de estabelecimento, princípios que o TJUE já invocara em 2008 para 'justificar' soluções deste tipo (casos *Viking* e *Laval*).

polaco gozar na França (se aqui prestar serviços como assalariado de uma empresa sediada na Polónia) do mesmo estatuto dos trabalhadores franceses, mas utilizar os 'canalizadores polacos' como 'carne para canhão' para engrossar o *exército de reserva de mão-de-obra* destinado a pressionar os trabalhadores franceses a aceitar os salários e a proteção social (muito inferiores) dos trabalhadores da Polónia.

Perante o receio de que a perceção disto mesmo viesse a influenciar os votos dos franceses no sentido do NÃO à 'constituição europeia', toda a gente veio a público jurar que a *Diretiva Bolkestein* não estava incluída no texto de tal 'constituição', que o referendo era sobre a Constituição e não sobre a Diretiva, que a Diretiva tinha de ser modificada, etc. Por receio do voto popular nos referendos anunciados sobre a dita 'constituição', foi possível reunir no Parlamento Europeu a maioria de votos que acabaria por suspender o processo de aprovação da Diretiva. Mas os aspectos negativos e intoleráveis deste projeto estão inscritos no código genético dos Tratados que conformam a UE. Por isso, o Presidente da Comissão Europeia apressou-se a defender publicamente o projeto Bolkestein, prometendo voltar à carga.

Como todos concordaremos, uma comunidade identitária no plano político tem de caraterizar-se por um *elevado grau de solidariedade*, tanto no plano interno como no plano externo. E a UE está longe de corresponder a esta exigência fundamental.

No plano externo, essa falta de solidariedade tem-se manifestado em momentos dramáticos, como foi o da invasão do Iraque, tendo sido notórias as posições extremadas entre os opositores e os apoiantes da estratégia imperial da América fundamentalista de Bush.[25]

[25] Pouco antes acontecera algo de semelhante a propósito da ex-Jugoslávia, onde o conflito de interesses entre potências imperialistas europeias

No plano interno, o défice de solidariedade revela-se, entre outros domínios, na incapacidade:

a) de levar a sério o objetivo da *coesão económica e social* (a que a UE não afeta mais de 1/3 das verbas do seu orçamento, percentagem que ganha significado se lembrarmos que a PAC absorve 47%);
b) de avançar para um mínimo de harmonização em matéria de políticas sociais (neste âmbito, as deliberações continuam a ser tomadas por unanimidade);
c) de estabelecer um mínimo de harmonização fiscal, nomeadamente no que toca ao imposto sobre as sociedades, à tributação dos rendimentos do capital e das mais-valias;
d) de pôr de pé uma política concertada de promoção do pleno emprego, de combate ao desemprego e de proteção social aos desempregados;

deu origem à 1ª GM, *a guerra que pôs fim às guerras*, como se dizia (e desejava) no fim dela. Muitos analistas atribuem à Alemanha a responsabilidade política de ter estimulado os nacionalismos na região e de ter reconhecido a independência da Croácia à margem da Comunidade Europeia e contra o que seria o consenso das restantes potências europeias. O resultado foi o que se viu: uma guerra fratricida no coração da Europa e a intervenção militar dos EUA, sob a capa da NATO, à margem do direito internacional, numa pura imposição da lei do mais forte. O ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, não escondeu aos seus concidadãos que apoiar a intervenção no Kosovo "foi uma das coisas mais difíceis da minha vida", porque "não há guerras santas", porque "a guerra é sempre uma coisa horrível". Dividida, não solidária, a União Europeia não tem sido capaz de honrar plenamente uma das suas promessas originárias mais meritórias (a de evitar guerras fratricidas na Europa) e não tem sido capaz de impor aos EUA o respeito pelo direito internacional, abrindo caminho a "novos abusos, novas injustiças e novas desigualdades". Como a realidade atual continua a evidenciar.

e) de dotar a União de um orçamento capaz de efeitos redistributivos relevantes e de financiar políticas para enfrentar os efeitos dos chamados *choques externos* ou *choques assimétricos*.

Esta desvalorização da solidariedade interna está bem patente no abandono do objetivo traído da *harmonização no sentido do progresso*, indispensável para se honrar a tão proclamada solidariedade europeia e para se construir a Europa como entidade política.

Só mesmo o descaso pela solidariedade entre os povos da União justifica o tratamento dado aos doze países da Europa central e de leste recém-chegados à UE, aos quais não foram concedidos meios facilitadores da sua integração idênticos àqueles de que beneficiaram outros países (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), apesar de se apresentarem com um rendimento médio *per capita* inferior a metade do rendimento médio da UE com quinze membros.[26]

Ninguém ignora que as populações desses países já carregam pesados fardos: encargos fiscais superiores (nomeadamente por força do IVA); diminuição das prestações sociais (imposta pela mudança de sistema económico-social e pelos critérios restritivos no que concerne ao défice público); aumento dos

[26] Quando, através do *Ato Único Europeu* (1986), se avançou para a consolidação do mercado único, a Comunidade organizou os *Fundos Estruturais* (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; FSE – Fundo Social Europeu; FEOGA – Fundo Europeu de Garantia Agrícola), complementados em 1992 pelo *Fundo de Coesão*, por entender que era necessário ajudar os estados-membros mais fracos, tendo em conta que a concorrência entre desiguais agrava, em princípio, as desigualdades existentes à partida. Idêntica lógica presidiu, após a reunificação da Alemanha, à transferência de fundos avultados do orçamento da Alemanha (além dos saídos do orçamento comunitário) para os *Länder* do leste alemão (mesmo através de ajudas concedidas ao arrepio do direito comunitário).

preços dos bens essenciais (antes subsidiados), como é o caso das tarifas da eletricidade, rendas de casa, transportes, serviços públicos em geral; enorme aumento do desemprego, como consequência do desmantelamento das estruturas produtivas anteriores e da 'flexibilização' das leis do trabalho.

O que é certo é que, já depois dos referendos na França e na Holanda (maio e junho de 2005) que vetaram a chamada Constituição Europeia, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos no Conselho Europeu (16/17 de junho de 2005), não se entenderam sobre o quadro orçamental para o período 2007-2013. Enquanto nos países que integram a UE o orçamento nacional representa entre 40% e 60% do PIB, o orçamento da UE mantém-se à roda de 1,2% do PIB da União. As verbas previstas no II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) duplicaram relativamente à do primeiro, mas as verbas para o III QCA (2000-2006) mantiveram-se inalteradas.

Pois bem. Apesar do alargamento, os países mais ricos vêm-se recusando a aumentar o orçamento da União e os maiores contribuintes líquidos para este orçamento (a Holanda, a Suécia e a Alemanha) pretendem mesmo ver reduzida a sua contribuição financeira para a UE. Por isso mesmo, ao longo do período 2007-2013, o orçamento comunitário não vai além de 1% do PIB da União. Os pobres são em maior número (e entre os 'pobres' que mais recebem estão algumas regiões menos ricas dos países mais ricos...), mas o bolo não aumenta.

A verdade é esta: mesmo para os habitantes dos países com maior contribuição líquida, o orçamento da UE absorve um montante à roda de 150 euros/habitante/ano, um valor mensal (12,5 euros) que é de certeza (muito) inferior ao montante da quota mensal paga pelos sócios da generalidade dos clubes de futebol das ligas principais dos países europeus. Como se vê, vale muito pouco a solidariedade europeia.

Os países dominantes no seio da UE 'ignoram' tudo isto. A sua preocupação resume-se à maximização, em benefício das suas economias, dos ganhos de um grande mercado aberto à concorrência. A solidariedade devida aos novos países do alargamento serve apenas para compor o discurso político (ou politiqueiro), apesar de se saber que esses países continuam, em geral, a registar níveis de produção inferiores aos de 1989, vendo-se, por isso, condenados a recorrer a práticas equiparáveis ao *dumping salarial*, ao *dumping social*, ao *dumping fiscal* e ao *dumping ambiental* como armas de concorrência.

Quem ganha com esta situação são os senhores do grande capital, que joga com a *deslocalização de empresas* para tentar obter em outros países idênticas vantagens salariais e fiscais (áreas onde os Tratados afastam qualquer ideia de harmonização). Para poderem ser competitivos (i.é, para poderem assegurar gordíssimas taxas de lucro aos capitais estrangeiros que querem atrair), os governos desses países vão por certo condenar os seus trabalhadores a manter (ou a diminuir) os baixos níveis salariais e os baixos níveis de proteção social que hoje auferem e vão aceitar cobrar menos receitas (por abdicarem da cobrança dos impostos sobre os rendimentos do capital) em prejuízo dos investimentos para promover o desenvolvimento económico e social.

A esta luz, ganha sentido a tese dos que não entendem aquele alargamento, tão mal preparado, feito precipitadamente, ainda por cima em tempo de acentuada crise económica e social, num mundo unipolar, com a Europa cada vez mais desigual, confusa quanto aos contornos do próprio alargamento, profundamente dividida em matérias de política externa, mesmo quanto à questão-limite da guerra e da paz.

O tempo e o modo do alargamento da UE para 25 e depois para 27 membros talvez só se consigam explicar porque ele significou, verdadeiramente, a entrada no mercado único das grandes empresas dos países europeus 'dominan-

tes' (sobretudo das empresas alemãs), que entretanto se foram instalando nos países cuja adesão se preparava, dominando uma parte substancial das suas economias. Quer dizer: o alargamento fez-se para integrar esses interesses económicos no "grande (super)-mercado europeu pacificado"[27], não para integrar os povos dos países em causa num espaço solidário, empenhado em ajudá-los a melhorar os seus níveis de vida e não apenas em aproveitar-se dos seus recursos naturais e, sobretudo, da sua mão-de-obra qualificada, barata e pouco reivindicativa.

O alargamento teve lugar, nas condições referidas, porque ele serve o objetivo último de tentar impor, em todo o espaço comunitário, o *nivelamento por baixo*, no que se refere aos salários, aos direitos dos trabalhadores e às prestações sociais que estes foram conquistando, a duras penas, ao longo dos duzentos anos da história do capitalismo.

Circula desde dezembro/2011 nos 'corredores' de Bruxelas uma proposta de Diretriz da Comissão Europeia relativa a contratos públicos que se propõe, um tanto à falsa fé, 'legalizar' a privatização do sistema público de Segurança Social, que se pretende sujeitar às sacrossantas regras da concorrência, transformando-o deste modo num mercado de seguros privados.

Com efeito, o art. 74º da proposta da Comissão diz que "os contratos para serviços sociais e outros serviços específicos enumerados no Anexo XVI são adjudicados em conformidade com o presente capítulo", o capítulo que trata dos regimes específicos de contratação pública para os serviços sociais. O art. 75º determina que estes serviços serão prestados mediante concurso público, estabelecendo o art. 76º que os estados-membros "devem instituir procedimentos

[27] Cfr. A. LECHEVALIER/G. WASSERMAN, *ob. cit.*, 15.

adequados para a adjudicação dos contratos abrangidos pelo presente capítulo, assegurando o pleno respeito dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento dos operadores económicos".

Quem quiser saber quais os serviços que serão prestados pelos operadores económicos que ganhem os concursos realizados no pleno respeito dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento tem de ir ver ao 'armazém de arrumações', i.é, ao tal Anexo XVI. Este enumera os *serviços referidos no art. 74º*: serviços de saúde e serviços sociais; serviços administrativos nas áreas da educação, da saúde e da cultura; serviços relacionados com a segurança social obrigatória; serviços relacionados com as prestações sociais.

Trazendo para a luz do dia estas 'peças' guardadas no armazém, vemos que, na realidade, se trata de privatizar os sistemas públicos de segurança social. E de o fazer à socapa…

Em meados de 2012 começou a falar-se do orçamento comunitário para o novo período 2014-2020. Mais uma vez, a solidariedade europeia mostra o seu vazio. Os *países do norte* insistem em reduzir o orçamento ou, pelo menos, em reduzir a sua própria contribuição. No RU, os trabalhistas (junto com alguns deputados conservadores) derrotaram no Parlamento o projeto do governo conservador. Este admitia manter os valores nominais do orçamento atual e a contribuição britânica, aqueles querem diminuir um e outra.

É espantoso ver como, em geral, as pressões para enfraquecer ainda mais a já fraca força do orçamento da UE vêm dos estados-membros que mais insistem na necessidade de se avançar na *integração política europeia*, rumo a um *estado europeu*. O que prova que esta não é uma proposta séria. Se uma zona monetária não pode subsistir sem um grau elevado de solidariedade entre os seus membros, muito menos se pode conceber um estado federal sem uma fortíssima solidariedade

entre os estados federados. Isto significa que não faz qualquer sentido pensar-se em *mais integração política*, em *mais Europa*, sem se avançar muito mais no *reforço da solidariedade* entre os estados-membros da UE. Enquanto a 'Europa' não for um espaço solidário, a proposta de *mais Europa* só pode encobrir o propósito de reforçar os mecanismos de domínio das grandes potências sobre os países mais pequenos e mais débeis, dos *países do norte* sobre os *países do sul*, dentro dos parâmetros do *imperialismo* e do *neocolonialismo*.

Nestes tempos de crise, os *donos da Europa* vêm tratando os países em dificuldade como se estes fossem criminosos. Em vez de os ajudar a recuperar as suas economias, castigam-nos com penas humilhantes e ruinosas. Basta só dizer que cobram aos países carecidos de ajuda juros mais elevados do que aqueles que o BCE cobra aos bancos privados! A Alemanha financia-se praticamente sem custos e empresta-nos dinheiro a taxas de juro agiotas. As nossas dificuldades são fonte de lucro para a Alemanha e para os especuladores que usam contra os estados-membros mais débeis da UE os recursos comunitários que o BCE lhes dá de mão beijada.

Em tempos passados, os países credores ocupavam militarmente os devedores impossibilitados de pagar as suas dívidas e passavam a gerir as alfândegas, cobrando em seu favor os direitos alfandegários (o único imposto com receitas relevantes) até recuperarem o dinheiro que tinham emprestado. Agora, os nossos parceiros na UE fazem pior: disfarçados de *troika*, levam, a título de juros, uma fatia importante da riqueza que produzimos e dos impostos que pagamos, impõem a venda ao desbarato das empresas que constituem os alicerces da nossa soberania, destroem a economia, empobrecem os trabalhadores, humilham-nos enquanto povo e enquanto estado soberano há quase novecentos anos. Já alguém viu tratar deste modo os estados endividados no seio dos EUA, no seio da União brasileira ou da federação alemã?

O projeto de integração europeia só faria sentido se estivesse ao serviço do desenvolvimento harmonioso de todos os povos europeus com vista á aproximação dos seus níveis de rendimento e condições de trabalho e de vida. É hoje mais claro do que nunca que não é este o *programa político* da União Europeia. Ela não é mais do que um *mercado único* para as grandes empresas dos países dominantes (as verdadeiras beneficiárias da liberdade de estabelecimento, da liberdade de circulação de mercadorias e das sacrossantas regras da concorrência *livre e não falseada*) e uma *estrutura de poder* ao serviço do capital financeiro (que tira partido da liberdade de circulação de capitais, da desregulação do mercado e da proteção do BCE), com inteiro desprezo pelos interesses e pelos direitos dos trabalhadores. Para ficarmos só pelo 'mercado', todos sabemos que não existe, no seio da UE, um verdadeiro *mercado único de trabalho*, que permita a livre mobilidade dos trabalhadores de um país para outro. A famosa proposta de *Diretiva Bolkestein* pretende que eles possam sair, mas sendo tratados como se não saíssem dos seus países de origem…

Neste quadro, a proposta de *mais Europa* não pode deixar de ser entendida como mais um passo para reforçar as relações de *colonialismo interno* dentro do espaço da União Europeia.

5. A crise da "Europa como ela é"

A crise financeira, económica e social que anda à solta há mais de quatro anos veio pôr a nu a verdadeira face da *Europa neoliberal*, a *Europa do capital*, a Europa que os cidadãos europeus já recusaram: um grande mercado interno, com uma economia incapaz de crescer, um espaço sem um mínimo de solidariedade e de coesão social, sem o mínimo sentimento de pertença, um espaço em que alguns estados se assumiram como 'donos da bola' e têm imposto as 'regras do jogo',

humilhando os trabalhadores europeus e tratando com laivos de superioridade rácica os 'povos do sul'.

Na cimeira de 7/8 de maio/2010 a Alemanha persistiu em considerar a situação da Grécia como um caso isolado, explicável pela irresponsabilidade, pela preguiça e por outros vícios do povo grego, que se habituou a viver acima das suas posses. Perante as notícias, Jürgen Habermas comentou: "A prioridade das preocupações nacionais [alemãs] nunca se manifestou com tanta clareza como na resistência robusta de uma Chanceler que, antes da sua derrota desastrosa no dia 8 de maio de 2010, bloqueou durante semanas a ajuda europeia à Grécia e o mecanismo de emergência para salvar o euro". E 'acusou' Merkel de não ser capaz de ultrapassar "a consideração oportunista dos joguinhos da política interna", cedendo ao "medo das armas de destruição maciça da imprensa tablóide" (esquecendo "a força destrutiva das armas de destruição maciça dos mercados financeiros") e "bloqueando uma ação conjunta da União que teria apoiado atempadamente a Grécia contra a especulação que visava a bancarrota do estado". Lendo esta situação como "o fracasso de uma visão que marcou durante meio século a história do pós-guerra na Europa", Habermas confessa: "apercebi-me, pela primeira vez, da possibilidade real de um fracasso do projeto europeu".[28]

Mas esta crise, a sua permanência e a sua evolução, abriu também, como se vê, uma crise da 'Europa', da "Europa como ela é" (Jacques Chirac), uma crise deste 'monumento' ao neoliberalismo fundamentalista em que os cidadãos e os povos da Europa não se revêem. Uma crise cujas raízes mais próximas talvez possam ir buscar-se à criação da UEM e ao modelo que lhe foi imposto pela Alemanha.

Na verdade, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht (1992) e a criação da UEM, pode dizer-se que a

[28] Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 135-140 e 153/154.

'Europa' passou a sofrer de outra *doença estrutural*, que veio agravar, substancialmente, o *défice democrático* do processo de integração que conduziu à União Europeia.

Hoje toda a gente aceita que a criação da UEM foi, em grande parte, fruto de razões de ordem política, que anularam as razões técnicas que desaconselhavam a criação de uma zona monetária na Europa. Após a anexação da RDA pela RFA, renasceram na França os receios da 'Grande Alemanha', cujas armas bombardearam Paris por três vezes, entre 1870 e 1940. E a França – que não conseguiu evitar a reunificação da Alemanha, operada por Helmut Kohl numa espécie de 'operação *overnight*', com o apoio dos EUA e a cumplicidade de Gorbatchev – quis acreditar que a inserção mais profunda da Alemanha no 'tecido' europeu poderia garantir uma *Alemanha europeia*, que apagasse as lembranças da Alemanha do *Deutschland über Alles*.

Pouco depois da entrada em circulação do euro começou a ficar claro, porém, que os objetivos políticos que inspiraram a criação da UEM estavam a ser esvaziados em resultado das 'regras' impostas pela Alemanha à UEM: os critérios monetaristas do Tratado de Maastricht e do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o estatuto de independência do BCE e o perfil da moeda única como um verdadeiro *deutsche euro*.

A *união monetária europeia* é um espaço no seio do qual é muito reduzida a mobilidade das pessoas, um espaço que integra países com economias muito heterogéneas no que toca ao seu grau de desenvolvimento, aos níveis de remuneração e de vida e aos hábitos de consumo dos seus trabalhadores e dos seus povos. Todos sabiam, por isso mesmo, que a UEM era um projeto de difícil sustentação, por lhe faltarem as bases mínimas requeridas por uma *união monetária*. Assim sendo, o bom senso recomendava, desde o início, a adoção de medidas que ajudassem a ultrapassar as disfunções originárias se tal projeto. A primeira prioridade deveria ter sido a de trabalhar

em conjunto, *solidariamente* e *em cooperação*, para atingir, no âmbito da UE, e, em particular, no âmbito da zona euro, níveis uniformes de desenvolvimento económico e social.

Ora, como é notório, as políticas adotadas ao longo dos anos têm visado exatamente o contrário e têm conseguido os seus objetivos. E a chamada *crise das dívidas soberanas* veio acelerar este processo. Desde o início, a Alemanha fez prevalecer a tese (com alguns laivos de racismo…) segundo a qual a 'crise' era um *problema grego*, um problema resultante dos excessos, da irresponsabilidade e da incapacidade dos *povos do sul*, ignorando-se as causas da crise e a sua natureza, recusando-se a sua caraterização como uma *crise do euro*, uma *crise da UEM*, uma *crise da UE*, crise perante a qual a Alemanha teria de assumir responsabilidades e 'sacrifícios' correspondentes ao seu peso económico e político no seio da UE e às vantagens do referido 'estatuto' do *deutsche euro*.

Ao longo destes já longos anos de crise, os dirigentes dos 'países dominantes' têm gasto "muitas das suas energias em lutas de galos pela nomeação das figuras mais cinzentas para os seus cargos mais influentes" (Habermas); têm-se empenhado obstinadamente na tarefa de identificar os 'pecadores' e de os castigar exemplarmente com a aplicação de verdadeiras 'penas infamantes'; têm adiado soluções e têm imposto outras sempre na ótica dos interesses nacionais desses países; têm destruído as economias dos países mais débeis (asfixiadas com taxas de juro agiotas, impostas pelos "mercados" ou pelo *grupo financeiro FMI-BCE-UE*, o que é a mesma coisa…), em vez de trabalharem para reforçar a *coesão social* no seio da UE e no seio de cada um dos estados-membros, no âmbito de um objetivo estratégico da convergência, a médio prazo, dos níveis de desenvolvimento económico e social no espaço comunitário. Em suma: têm feito tudo o que não deveriam fazer, tudo ao contrário do que exigiria uma Europa assente na *cooperação* entre estados-membros com estatuto de igual-

dade, na *participação democrática* dos cidadãos europeus na definição do seu futuro, no respeito pela *dignidade* dos povos e dos estados da Europa.

O *défice democrático procedimental* e a *doença estrutural* atrás referidos agravaram-se com a aprovação do chamado *pacto orçamental*, nos termos expostos.

A UEM significa a existência de uma *moeda* única e de uma *política monetária única* (uma *política monetária federal*). Mas não existe, no seio da eurozona, uma política fiscal minimamente harmonizada, não se assume uma dívida comunitária, uma *dívida federal*.

Acresce que a *política monetária única* (subtraída aos órgãos políticos legitimados democraticamente e entregue ao BCE, que é, de facto, um órgão federal) está completamente desfasada da realidade da grande maioria dos países que integram a união monetária e não tem nada que ver com a economia real. De acordo com os seus Estatutos, o BCE não pode emprestar dinheiro aos estados-membros em dificuldade, mas pode emprestar dinheiro à banca privada, que tem recebido milhões e milhões a taxas de juro à roda de 1%, para depois emprestar aos estados a taxas de juro que já ultrapassaram 20%. É algo de esquizofrénico… Longe de corresponder ao perfil de um verdadeiro banco central, com capacidade para ajudar a resolver os problemas de financiamento dos estados-membros da zona euro, o BCE tem ajudado a consolidar a sujeição dos estados nacionais aos "mercados" (ao grande capital financeiro).

No que toca à política fiscal, em vez de uma política com um grau mínimo de harmonização (ao menos no que toca aos impostos sobre os lucros das sociedades comerciais e sobre as transações financeiras), o *dumping fiscal* é estimulado como prática de *concorrência desleal* entre estados que têm a mesma moeda. É um absurdo, mas é esta a realidade, como já fica dito atrás.

Também já se diz atrás que a UE não é um estado federal: o Parlamento Europeu não é um verdadeiro parlamento representativo da soberania popular; não há um orçamento comunitário digno desse nome; a Comissão Europeia não é um governo comunitário e não dispõe das competências nem dos meios financeiros para (e não tem a responsabilidade de) definir e aplicar políticas anti-cíclicas. No quadro da UEM, o euro é, pois, uma *moeda sem estado*, o que constitui uma dificuldade acrescida.

6. Anda um espetro pela Europa…

Como em 1848, *anda um espetro pela Europa…*, o espetro da paralisia da UE enquanto entidade jurídica, política e económica.

Como se diz atrás, a atual União Europeia é fruto de uma 'história' de que se quiseram tirar os povos da Europa, é a concretização de um projeto que se foi desenvolvendo, até agora, "à porta fechada", "ignorando sempre a população". Não admira, por isso mesmo, que não haja, por parte dos povos da Europa, "a consciência de partilhar um destino europeu comum". E compreende-se que alguém como Habermas tema que crises como a atual acentuem "a possibilidade real do fracasso do projeto europeu".[29]

Na tentativa de evitar o "fracasso do projeto europeu" e de salvar o capitalismo, o filósofo alemão entende, à maneira de Keynes, que a única alternativa é a de "civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro", preservando o "estado de direito social e democrático".

É um projeto de ambição limitada, embora essencial para salvar a democracia e a paz na Europa. Mas a tarefa não se afi-

[29] Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 66, 136, 139, 161 e 167.

gura fácil. Na verdade, como o próprio Habermas reconhece, "o continente europeu submeteu-se ao *Consenso de Washington*", levando a cabo políticas de "retração do estado" cujos "danos materiais e morais, sociais e culturais" a presente crise só veio acentuar. E – continuando a acompanhar Habermas – a ideologia neoliberal dominante "atribui uma prioridade impiedosa aos interesses dos investidores, aceita com indiferença a desigualdade social crescente, o surgimento de um grupo social em situação de precariedade, de pobreza infantil, salários baixos, etc., esvazia, com o seu delírio de privatizações, as funções fundamentais do Estado, vende o que reste de deliberação na esfera pública a investidores financeiros que maximizam os lucros, faz depender a cultura e a educação dos interesses e dos caprichos de financiadores que dependem das conjunturas económicas". Em conformidade, as políticas neoliberais (prosseguidas por governos conservadores, socialistas, trabalhistas ou sociais-democratas) vêm insistindo, como salienta Habermas, na "privatização do regime de pensões e dos cuidados de saúde, dos transportes públicos, do abastecimento de energia, do sistema penal, dos serviços de segurança militares, de vastos setores da educação escolar [*sic*] e universitária e da entrega da infraestrutura cultural das cidades e comunidades ao empenho e à generosidade de financiadores privados".

Apesar de "desacreditada" no plano teórico toda a construção neoliberal e apesar dos resultados calamitosos das políticas neoliberais, que a crise veio revelar e acentuar, os 'dirigentes' europeus não dão quaisquer sinais de pretender arrepiar caminho, continuando fiéis à tese de que *não há alternativa*. Ora, sendo assim, não se vê como "civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro", porque – na leitura do próprio Habermas – a 'filosofia' e as consequências das políticas neoliberais são "dificilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e demo-

crático". A *Europa neoliberal*, a *Europa do capital* não quer um 'capitalismo keynesiano', antes aposta no regresso ao capitalismo selvagem do século XVIII, o capitalismo na sua essência, crente na sua eternidade.

7. Sem a "consciência de partilhar um destino europeu comum", as propostas de *união política* não fazem qualquer sentido.

É neste quadro que alguns defendem uma espécie de 'fuga para a frente', argumentando que o grau avançado de integração económica e (sobretudo) monetária a que se chegou não é sustentável se não se avançar para um nível correspondente de *integração política*, que abranja outras áreas para além da economia. Habermas vai ao ponto de defender que a UE se encontra numa encruzilhada entre "um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro".[30]

Deixando de lado, aqui e agora, questões mais complexas que não cabem nos objetivos deste trabalho, o cerne do problema está na dificuldade em conseguir o "aprofundamento da cooperação europeia" de que fala Habermas. E sem isso não faz sentido qualquer aprofundamento da integração política na Europa. Nas condições atuais, parece óbvio que o reforço da integração política no quadro da UE só pode significar o reforço da subjugação dos estados mais fracos aos interesses das potências dominantes, instituindo na Europa uma espécie de *colonialismo interno*. Para os países mais débeis, os problemas só se agravarão, e os 'estados colonizados' deixarão de gerir o seu presente e de decidir sobre o seu futuro.

[30] As citações de J. HABERMAS reportam-se à *ob.cit.*, 135-140, 153/154, 157 e 168/16.

Todos parecem concordar que não há um *povo europeu*. Nesta "Europa com falta de definição e de limites", a "insegurança identitária" ajuda a compreender que, para além de fatores profundos que radicam na história, o *estado-nação* constitua, para cada um dos cidadãos e para cada um dos povos da Europa, a matriz e o espaço da soberania, da liberdade e da cidadania. Compreende-se que não haja, por parte dos povos da Europa, "a consciência de partilhar um destino europeu comum". E compreendem-se os receios de Habermas quanto à "possibilidade real do fracasso do projeto europeu".

Neste terreno pantanoso, movediço e falso, não se vê como poderá construir-se algum edifício com um mínimo de solidez. A história da construção desta 'Europa' legitima todas as dúvidas e toda a desconfiança relativamente às propostas federalistas de 'fuga para a frente' que, mais uma vez, são 'vedetas' no discurso político 'oficial' e nos *media* dominantes (o que é preciso é *mais Europa*, *maior integração política*).

Ao mesmo tempo, começa a ganhar terreno a ideia de que muitos dos problemas que nos afligem resultam de erros na construção da 'Europa' e na definição do seu modo de funcionamento e dos seus objetivos. Muitos sublinham a razão do antigo Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, quando, no exercício das suas funções, classificou o Pacto de Estabilidade e Crescimento (verdadeiramente, um *Pacto de Estabilidade e Estagnação*, com o definiu A. Ferreira do Amaral) como uma solução "estúpida" e "medieval". O BCE é visto cada vez mais como uma entidade que sofre de *esquizofrenia congénita*. Gente muito diferente vem sublinhando que a criação da UEM foi uma decisão precipitada e sem bases técnicas, que pode ter conduzido ao "fracasso de uma fantasia" (P. Krugman).

Sabendo isto, seria, a nosso ver, inadmissível que se cometesse um erro ainda maior, que se embarcasse numa "fantasia" muito mais perigosa (a da federalização da Europa),

na mira de resolver (ou contornar), com este salto no escuro, erros anteriores. Esta ideia de criar um estado europeu só porque já temos uma *união monetária* que precisa de um estado para sobreviver é tão absurda, tão patética e tão monstruosa como a famosa proposta de Dominique Strauss-Kahn: "Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus".[31]

Segundo o Sr. Strauss-Kahn, fizeram uma 'Europa' sem 'europeus'. E não adianta querer agora pôr de pé esse projeto 'desgraçado' de *fazer europeus* só porque já existe uma 'Europa' que precisa de 'europeus'. Não existindo um sentimento de pertença a uma mesma comunidade de destino, nenhum 'rolo compressor' pode pôr de pé um estado europeu digno deste nome. Os povos e os estados não se constroem por decreto e muito menos por vontade dos *strauss-kahn* que se julgam donos da Europa.

Pela nossa parte, diremos que, filosoficamente, não rejeitamos, em absoluto, a ideia de um *estado federal europeu*. Como condição prévia essencial, é necessário que se defina *o que é a Europa* e *quais as suas fronteiras*, coisa que não está feita e ninguém quer fazer. Por outro lado, o comportamento da 'Europa' ao longo destes anos de crise veio reforçar a nossa convicção de que a proposta de se avançar para a construção de um *estado federal europeu* não parece ser um objetivo político minimamente realista, nem chega a ser uma utopia: é uma impossibilidade, é uma quimera que nem em sonhos se concretiza. Não passa de uma pura *fuga para a frente*, ou um salto para o lado, para não encarar e resolver os problemas que nos afligem e fugir às soluções que acautelem o nosso futuro. Num artigo recente, Serge Halimi veio defender ponto de vista idêntico ao que vimos sustentando publicamente desde 2006[32]: "No estado atual das forças políticas e sociais, uma

[31] *Apud* J.-P. CHEVÈNEMENT, *ob. cit.*, 54 e 183.

[32] Cfr. *A Constituição Europeia*…, cit.

Europa federal só poderá consolidar ainda mais os dispositivos liberais que já são asfixiantes e desapossar o povo, um pouco mais, da sua soberania, entregando o poder a opacas instâncias tecnocráticas". [33]

Parafraseando um poeta brasileiro (Álvaro Moreyra), apetece dizer que *esta Europa está toda errada. É preciso passá-la a limpo*. Para tanto, é necessário romper com os dogmas neoliberais e mudar radicalmente as estruturas em que assenta a construção europeia. E não é de esperar que os atuais dirigentes o façam. Mesmo os bem intencionados, ainda nem sequer reconheceram que a 'Europa' que puseram de pé *está toda errada*. E, sem esse primeiro passo, não poderão dar os passos seguintes.[34]

---

[33] Cfr. "Onde está a esquerda?", *cit*., 9.

[34] Seria bom que os partidos da social-democracia europeia aproveitassem as lições da presente crise para fazerem um balanço da sua reflexão e da sua atuação nas últimas décadas. Talvez chegassem à conclusão de que "perderam a alma e a coerência ideológica", de que não passam de uma "variante social-democrata do neoliberalismo". Talvez entendessem que o 'blairismo' não passa de uma "tentativa de conciliar o inconciliável e de justificar o injustificável". Talvez viessem a admitir que a tendência dominante nos partidos que integram a Internacional Socialista á "a tendência neoliberal (…), que se traduz, basicamente, na aceitação do fundamentalismo do mercado". Este é o diagnóstico de um socialista português, Alfredo Barroso (*ob. cit*.). Em outubro/2011 escreveu o porta-voz do Partido Socialista francês (Benoît Hamon): "Uma parte da esquerda europeia [a social-democracia europeia], à semelhança da direita, deixou de pôr em causa que é preciso sacrificar o estado-providência para restabelecer o equilíbrio orçamental e agradar aos mercados. (…) Fomos em vários lugares do mundo um obstáculo ao progresso". Feito o diagnóstico, acrescenta este dirigente socialista: "Não me resigno a isso". Se esta reflexão ganhar espaço no seio da social-democracia europeia, daí resultará uma mudança na relação de forças na Europa e no mundo. É essencial que a social-democracia europeia se liberte da dependência 'química' do neoliberalismo e rompa com o lema thatcheriano de que *não há alternativa* ao mercado e ao capitalismo.

Os povos da Europa não aceitarão ser tratados como 'povos inferiores', condenados a ser "uma futura sub-província alemã no âmbito da 'marca' alemã".[35] Mais cedo ou mais tarde, hão-de recuperar a sua liberdade e a sua soberania. E então, em condições completamente diferentes, talvez pensem em construir uma Europa solidária, uma Europa para os povos europeus, assente na paz e na cooperação entre eles e com todos os povos do mundo.

Coimbra, dezembro/2012 – janeiro/2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry – "A Europa face à hegemonia alemã", em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2012.

AVELÃS NUNES, António José – *A Constituição Europeia – A constitucionalização do neoliberalismo*, Coimbra Editora – Editora Revista dos Tribunais, Coimbra e São Paulo, 2006/2007.

BARROSO, Alfredo – "A crise da social-democracia europeia", em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), novembro/2011, 16/17.

CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre – *Pour l'Europe votez non!,* Paris, Fayard, 2005.

DURAND, Cédric e Razmig KENCHEYAN, "Rumo a um cesarismo europeu", em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., novembro/2012.

FERNANDES, Jorge Almeida – "Temos razões para detestar Merkel? ", em Público, 11.8.2012, 22-24.

GÉNÉREUX, Jacques – *Manuel Critique du Parfait Européen*, Paris, Seuil, 2005.

GEUENS, Geoffrey – "Os mercados financeiros têm rosto", em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., maio/2012, 18/19.

HABERMAS, Jürgen – *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.

HALIMI, Serge – "O crime compensa", em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2010;

[35] A expressão é do Gen. Loureiro dos Santos (*Público*, 19.6.2012).

—,"Onde está a esquerda?", em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), n.º 61, novembro/2011, 1 e 9.
JENNAR, Raoul-Marc – "Dois tratados para um golpe de estado europeu", em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., junho/2012.
LECHEVALIER, A. E WASSERMANN, G. – *La Constitution Européenne – Dix Clés pour Comprendre*, Paris, La Découverte, 2005.
LORDON, Frédéric – "A desglobalização e os seus inimigos", em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., agosto/2011.
WARD, Ibrahim – "Tony Blair, Ltda", em *Le Monde Diplomatique* (edição brasileira), dezembro/2012.

Resumo: O A. analisa a natureza da UE no quadro do capitalismo de casino, dominado pelo crime sistémico e faz uma crítica do chamado Tratado Orçamental (um pacto para o subdesenvolvimento, um autêntico pacto colonial) e das propostas no sentido de uma Europa Federal, feitas a partir de uma Europa não solidária (uma verdadeira Desunião Europeia), uma Europa obrigada a falar alemão.

Palavras-Chave: União Europeia, capitalismo de casino, crime sistémico, Tratado Orçamental, União Bancária, Diretiva Bolkestein, federalismo europeu.

Europe is all wrong. Re-writing a clean copy of her is in order

Abstract: The A. analises the nature of EU in the framework of casino capitalism, dominated by systemic crime and criticizes the so called Budgetary Treaty (a pact to underdevelopment, a genuine colonial pact) and the propositions that aim at a federal Europe, presented on the basis of a non-solidary Europe (a true European Disunion), an Europe constrainted to speak German.

Keywords: European Union, casino capitalism, systemic crime, Budgetary Treaty, Banking Union, Bolkestein Directive, european federalism.

António José Avelãs Nunes

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra